

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo

Dr. Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Av. 25 de Abril

3830-044 Ílhavo

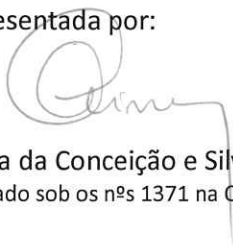
Porto, 17 de setembro de 2025

Exmo. Senhor

Junto enviamos relatório sobre Informação Económica e Financeira a 30 de junho de 2025, relativa ao Município de Ílhavo, com vista a dar cumprimento à alínea d) do n.º 2 do art.º 77 do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que dispõe que compete ao auditor externo “remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira”.

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, LDA

Representada por:



Cecília da Conceição e Silva Linhares

Registado sob os n.ºs 1371 na OROC e 20160981 na CMVM



MUNICÍPIO DE ÍLHAVO
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO
SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

INTRODUÇÃO

Na sequência da nossa nomeação como auditor externo do Município de Ílhavo para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2025, procedemos à revisão analítica da informação económica, financeira e orçamental do Município, com referência ao período de 6 meses findo em 30 de junho de 2025, bem como à análise das principais operações desenvolvidas pelo Município através do relato das situações que consideramos mais relevantes ao nível daquela informação financeira, de acordo com as normas internacionais de auditoria e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada adequada às circunstâncias.

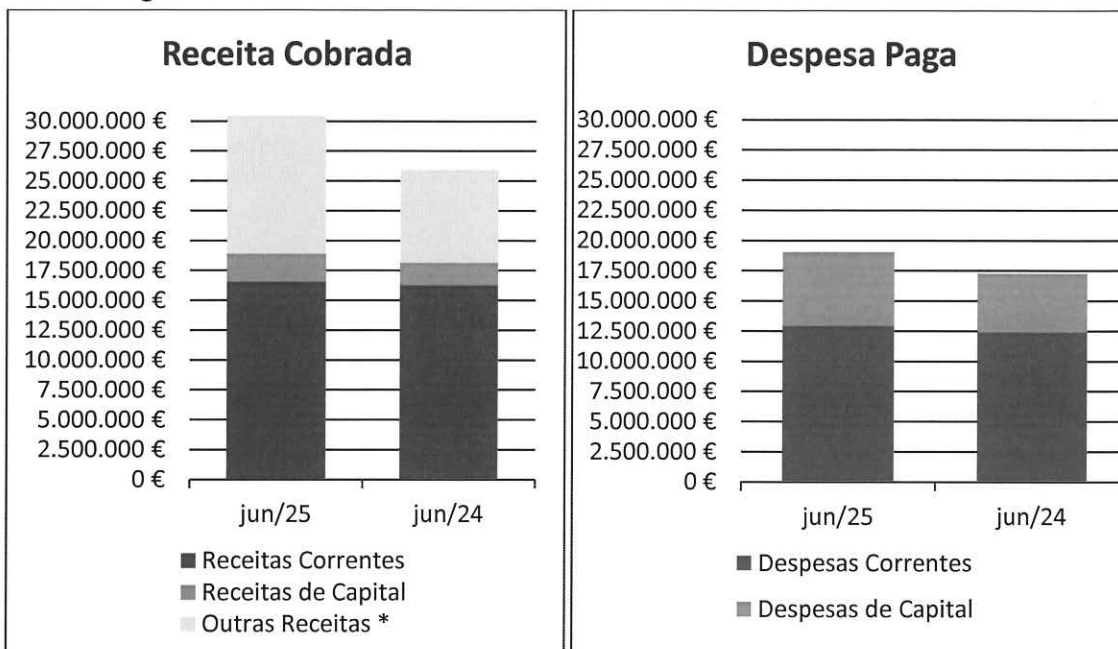
O nosso trabalho teve como objetivo dar cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do art.º 77 do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei nº 73/2013 de 3 de setembro. Não devendo o presente relatório, ser entendido como uma auditoria a demonstrações financeiras intercalares.

A informação financeira apresentada teve por base os registos contabilísticos de natureza orçamental e patrimoniais reportados a 30 junho de 2025.



1. Análise Orçamental

Com referência a 30 de junho de 2025, a execução orçamental do Município, pode ser resumida como se segue:



* As "Outras Receitas" compreendem, quase exclusivamente, o Saldo da Gerência Anterior, que foi de 11.563.205 euros em 2025 e 7.805.716 euros em 2024.

	Receita Cobrada		Grau execução Orç. Receita (1)		Var. Receita Cobrada
	jun/25	jun/24	jun/25	jun/24	Jun-25/Jun-24
Receitas Correntes	16.546.615 €	16.230.575 €	50,9%	51,2%	1,9%
Receitas de Capital	2.333.766 €	1.884.884 €	6,2%	19,5%	23,8%
Outras Receitas *	11.563.981 €	7.806.317 €	100,0%	100,0%	48,1%
Total de Receitas	30.444.362 €	25.921.776 €	37,2%	52,7%	17,4%

	Despesa Paga		Grau execução Orç. Despesa (2)		Var. Despesa Paga
	jun/25	jun/24	jun/25	jun/24	Jun-25/Jun-24
Despesas Correntes	12.893.485 €	12.395.094 €	37,9%	42,2%	4,0%
Despesas de Capital	6.139.325 €	4.849.244 €	12,8%	24,5%	26,6%
Total de Despesas	19.032.810 €	17.244.338 €	23,3%	35,1%	10,4%

Em síntese, no 1.º semestre de 2025, a receita cobrada atingiu o montante de 30.444.362€ e a despesa paga atingiu o montante de 19.032.810€. Sem contar com o saldo de gerência anterior e com as reposições não abatidas nos pagamentos (total das outras receitas), a receita cobrada é inferior à despesa paga em 152.430€. Por outro lado, a receita corrente excedeu a despesa corrente em 3.653.130€.

1.1. Execução Orçamento de Receitas

	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Receita Liquidada	Receita Cobrada	Grau exec. Orç. Receitas
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(b)
RECEITAS CORRENTES	32.530.304 €	32.530.304 €	16.730.942 €	16.546.615 €	50,9%
IMPOSTOS DIRETOS	15.050.300 €	15.050.300 €	6.505.874 €	6.392.332 €	42,5%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENAL.	1.740.000 €	1.740.000 €	1.336.717 €	1.287.266 €	74,0%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	960.400 €	960.400 €	655.100 €	638.961 €	66,5%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.856.604 €	10.856.604 €	6.102.026 €	6.123.619 €	56,4%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORR.	3.916.400 €	3.916.400 €	2.127.407 €	2.100.619 €	53,6%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.600 €	6.600 €	3.818 €	3.818 €	57,9%
RECEITAS DE CAPITAL	37.668.158 €	37.668.158 €	2.333.766 €	2.333.766 €	6,2%
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	241.200 €	241.200 €	0 €	0 €	0,0%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	37.426.458 €	37.426.458 €	2.333.766 €	2.333.766 €	6,2%
PASSIVOS FINANCEIROS	300 €	300 €	0 €	0 €	0,0%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200 €	200 €	0 €	0 €	0,0%
OUTRAS RECEITAS	1.538 €	11.564.538 €	11.563.981 €	11.563.981 €	100,0%
REPOSIÇÕES NAO ABATIDAS NOS PAG	1.538 €	1.333 €	776 €	776 €	58,2%
SALDO DA GERENCIA ANTERIOR	0 €	11.563.205 €	11.563.205 €	11.563.205 €	100,0%
TOTAL DE RECEITAS	70.200.000 €	81.763.000 €	30.628.689 €	30.444.362 €	37,2%

Em termos de execução global ao nível das receitas (Receita Cobrada/Previsão corrigida) verifica-se que, no 1.º semestre de 2025, esta foi de 37,2%.

Se excluirmos da análise as Outras Receitas, que respeita quase exclusivamente ao Saldo da Gerência Anterior, o grau de execução da receita passa a ser de 26,9%.

Análise das principais rubricas

Impostos Diretos - representam 18,4% da previsão corrigida e 21,0% da receita cobrada, tiveram um grau de execução 42,5%. Com o seguinte comportamento por imposto:

	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Receita Liquidada	Receita Cobrada	Grau exec. Orç. Receitas
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(b)
IMPOSTOS DIRETOS	15.050.300 €	15.050.300 €	6.505.874 €	6.392.332 €	42,5%
IMI	7.000.000 €	7.000.000 €	2.083.410 €	2.072.979 €	29,6%
IUC	1.300.000 €	1.300.000 €	759.220 €	756.289 €	58,2%
IMT	4.900.000 €	4.900.000 €	3.627.250 €	3.527.070 €	72,0%
DERRAMA	1.850.000 €	1.850.000 €	35.994 €	35.994 €	1,9%
IMPOSTOS ABOLIDOS	300 €	300 €	0 €	0 €	0,0%

Transferências Correntes - representam 13,3% da previsão corrigida e 20,1% da receita cobrada, tiveram um grau de execução de 56,4%. Comportamento influenciado, pelas transferências do Fundo Social Municipal, da Participação Variável no IRS, da Participação no IVA, do Fundo de Equilíbrio Financeiros e da Transferência de Competências, cujas respetivas receitas cobradas rondam os 50% da previsão corrigida.

	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Receita Liquidada	Receita Cobrada	Grau exec. Orç. Receitas
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(b)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.856.604 €	10.856.604 €	6.102.026 €	6.123.619 €	56,4%
SOC. E QUASE-SOCIEDADES	200 €	200 €	0 €	0 €	0,0%
FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	2.291.041 €	2.291.041 €	1.100.988 €	1.100.988 €	48,1%
FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	1.066.906 €	1.066.906 €	633.822 €	633.822 €	59,4%
PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS	2.233.163 €	2.233.163 €	1.203.942 €	1.203.942 €	53,9%
ART. 38.º, n.º 8 LEI n.º 73/2013	1.000 €	1.000 €	0 €	0 €	0,0%
TRANSF. DE COMP. - LEI 50/2018	4.564.177 €	4.564.177 €	2.326.656 €	2.326.656 €	51,0%
PART. NO IVA - ART. 26.º A L. 73/2013	369.617 €	369.617 €	130.926 €	130.926 €	35,4%
ART. 35º, Nº 5 DA LEI N.º 73/2013	100 €	100 €	592.614 €	592.614 €	592614,0%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL – OUT. SERV. FUNDOS AUT. – TRANSF.COMP	330.000 €	330.000 €	113.078 €	113.078 €	34,3%
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	100 €	100 €	0 €	0 €	0,0%
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRAT.	100 €	100 €	0 €	21.593 €	21592,8%
FAMÍLIAS	100 €	100 €	0 €	0 €	0,0%

Transferências de Capital - representam 45,8% da previsão corrigida e 7,7% da receita cobrada, tiveram um grau de execução 6,2%. Comportamento influenciado, fundamentalmente, pela baixa execução da verba de Participação comunitária em projetos co-financiados, que foi de 4,4% no 1º semestre de 2025.

	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Receita Liquidada	Receita Cobrada	Grau exec. Orç. Receitas
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(b)
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	37.426.458 €	37.426.458 €	2.333.766 €	2.333.766 €	6,2%
SOC. E QUASE-SOCIEDADES NÃO FIN.	300 €	300 €	0 €	0 €	0,0%
FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	254.560 €	254.560 €	122.328 €	122.328 €	48,1%
ART. 35, Nº3 DA LEI Nº 73/2013	1.670.898 €	1.670.898 €	592.614 €	592.614 €	35,5%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - OUTROS ESTADO- PART. COMUNT. - FEDER	100 €	100 €	42.000 €	42.000 €	42000,0%
ESTADO- PART. COMUNT. - OUTROS	35.500.000 €	35.500.000 €	1.576.824 €	1.576.824 €	4,4%
SERV. E FUNDOS AUTÓNOMOS	100 €	100 €	0 €	0 €	0,0%
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100 €	100 €	0 €	0 €	0,0%
FAMÍLIAS	100 €	100 €	0 €	0 €	0,0%

1.2. Evolução da Receita

	Receita Cobrada			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
RECEITAS CORRENTES	16.546.615 €	54,4%	16.230.575 €	1,9%
IMPOSTOS DIRETOS	6.392.332 €	21,0%	6.426.510 €	-0,5% (i)
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.287.266 €	4,2%	1.197.709 €	7,5% (ii)
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	638.961 €	2,1%	567.349 €	12,6% (iii)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.123.619 €	20,1%	5.824.087 €	5,1% (iv)
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.100.619 €	6,9%	2.209.673 €	-4,9% (v)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.818 €	0,0%	5.248 €	-27,2%
RECEITAS DE CAPITAL	2.333.766 €	7,7%	1.884.884 €	23,8%
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	0 €	0,0%	17.412 €	-100,0%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.333.766 €	7,7%	1.867.472 €	25,0% (vi)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0 €	0,0%	0 €	S.S.
OUTRAS RECEITAS	11.563.981 €	38,0%	7.806.317 €	48,1%
REP. NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	776 €	0,0%	600 €	29,3%
SALDO DA GERENCIA ANTERIOR	11.563.205 €	38,0%	7.805.716 €	48,1%
TOTAL DE RECEITAS	30.444.362 €	100,0%	25.921.776 €	17,4%

Em termos de execução comparada de referir que o grau de execução é inferior em 2025 (37,2% no 1.º semestre de 2025 vs 52,7% no 1.º semestre de 2024) e que a receita cobrada aumentou em termos homólogos 17,4%.

Se excluirmos o efeito das Outras Receitas, que correspondem quase exclusivamente ao saldo de gerência, a receita cobrada, em termos homólogos, apresenta um aumento de 4,2% e o grau de execução é de 26,9% no 1.º semestre de 2025 e de 43,8% em igual período de 2024.

Pelo seu peso e contributo para a evolução, destacam-se as seguintes rubricas: (i) Impostos Diretos; (ii) Taxas, Multas e Outras Penalidades; (iii) Rendimentos de Propriedades; (iv) Transferências Correntes; (v) Venda de Bens e Serviços Correntes; e (vi) Transferências de Capital.

(i) Impostos Diretos

	Receita Cobrada			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
IMPOSTOS DIRETOS	6.392.332 €	100,0%	6.426.510 €	-0,5%
IMI	2.072.979 €	32,4%	3.253.735 €	-36,3%
IUC	756.289 €	11,8%	709.716 €	6,6%
IMT	3.527.070 €	55,2%	2.430.563 €	45,1%
DERRAMA	35.994 €	0,6%	32.497 €	10,8%

Uma das principais receitas cobradas respeita ao IMI, que com uma diminuição de 36,3%, passa a representar 32,4% dos Impostos Diretos (no período homólogo de 2024, representava 50,6%).

O IUC, teve um aumento de cerca de 47 mil euros, o que representa um acréscimo de 6,6%. Quanto ao IMT, teve o maior aumento, mais cerca de 1,2 milhões de euros que no período homólogo de 2024, que se traduz num acréscimo de 45,1%. Por último, a Derrama apresenta um aumento de 10,8%, note-se que esta é uma receita que não é previsível ao nível do padrão temporal do ciclo de cobrança.

(ii) Taxas, Multas e Outras Penalidades

	Receita Cobrada			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.287.266 €	100,0%	1.197.709 €	7,5%
TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS L.	1.197.933 €	93,1%	1.155.701 €	3,7%
JUROS DE MORA	55.978 €	4,3%	20.051 €	179,2%
OUTROS	33.354 €	2,6%	21.957 €	51,9%

A receita cobrada referente às taxas, multas e outras penalidades aumentou em 7,5% face ao período homólogo de 2024. Para esta variação contribuiu essencialmente o aumento da receita relacionada com as taxas específicas das autarquias locais, que cresceu, em termos absolutos, cerca de 42 mil euros, o que representa mais 3,7%. A receita com juros de mora também aumentou face ao 1º semestre de 2024, em 179,2%, o que se traduz num aumento de cerca de 36 mil euros, enquanto a receita com outras taxas aumentou em cerca de 11 mil euros, mais 51,9% que o período homólogo de 2024.

(iii) Rendimentos de propriedade

	Receita Cobrada			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	638.961 €	100,0%	567.349 €	12,6%
JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	90.949 €	14,2%	0 €	S.S.
DIVIDENDOS E PART. NOS LUCROS DE SOC.	118.409 €	18,5%	131.784 €	-10,1%
RENDAS	429.603 €	67,2%	435.565 €	-1,4%

A receita cobrada referente aos rendimentos de propriedade aumentou em 12,6% face ao 1º semestre de 2024, o que se traduz em cerca de mais 72 mil euros. Esta evolução deve-se ao seguinte: aumento da receita com juros de sociedades financeiras, em cerca de 91 mil euros; diminuição da receita com dividendos e participação nos lucros na ADRA e ADCL, de 10,1%, menos cerca de 13 mil euros face ao período homólogo de 2024; diminuição da receita com as rendas, em cerca de 6 mil euros, menos 1,4% que no 1º semestre de 2024.

(iv) Transferências Correntes

	Receita Cobrada			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.123.619 €	100,0%	5.824.087 €	5,1%
FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	1.100.988 €	18,0%	1.145.520 €	-3,9%
FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	633.822 €	10,4%	533.448 €	18,8%
PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS	1.203.942 €	19,7%	1.116.576 €	7,8%
TRANSF. DE COMPETÊNCIAS-LEI50/2018	2.326.656 €	38,0%	2.282.034 €	2,0%
PARTICIPAÇÃO NO IVA - ART. 26.º A L 73/2013	130.926 €	2,1%	184.806 €	-29,2%
ART. 35º, Nº 5 DA LEI N.º 73/2013	592.614 €	9,7%	417.720 €	41,9%
OUTROS	113.078 €	1,8%	143.983 €	-21,5%
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	21.593 €	0,4%	0 €	S.S.

As transferências correntes registaram um acréscimo de 5,1% face ao 1º semestre de 2024, o que significa um aumento de cerca de 300 mil euros. Esta evolução resultou do seguinte:

- diminuição das receitas referentes ao FEF, em cerca de 45 mil euros, que se traduz num decréscimo de 3,9%;
- aumento das receitas referentes ao Fundo Social Municipal em 18,8%, correspondente a mais cerca de 100 mil euros;
- aumento de 7,8% nas receitas obtidas da Participação Variável no IRS, o que significa, em termos absolutos, mais cerca de 87 mil euros;
- aumento de cerca de 45 mil euros na receita relacionada com a Transferência de Competências, ou seja, mais 2,0%;
- diminuição em cerca de 54 mil euros, ou seja, menos 29,2% nas receitas com a Participação no IVA;
- receita relacionada com as variações máximas e mínimas do FEF, Fundo Social Municipal e Participação no IRS que registou um aumento de cerca de 175 mil euros face ao 1º semestre de 2024, ou seja, mais 41,9%;
- ao nível das outras transferências da administração central, houve uma diminuição de cerca de 31 mil euros, ou seja menos 21,5% que no período homólogo de 2024;
- aumento da receita com as transferências correntes da administração local, em cerca de 22 mil euros, sendo que no período homólogo de 2024 não se verificaram receitas desta categoria.

A variação das receitas relacionadas com o FEF, Fundo Social Municipal, Participação Variável no IRS e Participação no IVA deve-se à variação nos montantes definidos para 2025 relativamente à participação dos municípios nos impostos do Estado, definidos pelo mapa 12.

(v) Vendas de Bens e Serviços Correntes

	Receita Cobrada			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORR.	2.100.619 €	100,0%	2.209.673 €	-4,9%
SERVIÇOS DESPORTIVOS	104.273 €	5,0%	192.554 €	-45,8%
SERVIÇOS CULTURAIS	168.382 €	8,0%	149.219 €	12,8%
RESÍDUOS SÓLIDOS	1.202.413 €	57,2%	985.030 €	22,1%
RENDAS	142.959 €	6,8%	126.715 €	12,8%
OUTRAS	482.592 €	23,0%	756.154 €	-36,2%

A principal receita, com um peso de 57,2%, respeita aos Resíduos Sólidos e teve um acréscimo de 22,1%, o que representa, aproximadamente, mais 217 mil euros que no período homólogo de 2024. As Outras Vendas de Bens e Serviços Correntes, com um peso de 23,0%, registaram um decréscimo de 36,2%, o que se traduz numa diminuição de cerca de 274 mil euros, relacionada, essencialmente, com a evolução das vendas de outros serviços específicos das autarquias.

(vi) Transferências de Capital

	Receita Cobrada			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.333.766 €	100,0%	1.867.472 €	25,0%
FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	122.328 €	5,2%	127.278 €	-3,9%
ART. 35, N.º 3 DA LEI N.º 73/2013	592.614 €	25,4%	417.720 €	41,9%
OUTROS	42.000 €	1,8%	89.999 €	-53,3%
PARTICIPAÇÃO COM. PROJETOS CO-FI	1.576.824 €	67,6%	1.232.475 €	27,9%

Relativamente às verbas do FEF, verificamos uma diminuição de 3,9% face ao 1º semestre de 2024, resultando num decréscimo de cerca de 5 mil euros. Ao nível das receitas relacionadas com o Artigo 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013, verificamos que existiu um aumento de cerca de 175 mil euros, o que se traduz um acréscimo de 41,9%. As receitas relacionadas com as outras transferências de capital registaram um decréscimo de 53,3%, o que representa uma diminuição de 48 mil euros. Em termos homólogos, verificamos ainda um aumento na receita relacionada com as participações de projetos Comunitários, mais 344 mil euros, aproximadamente, o que corresponde a um acréscimo de 27,9%, de receitas via Feder e PRR.

1.3. Execução Orçamental Despesa

	Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau Ex. Orç. Despesa
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(b)
DESPESAS CORRENTES	27.819.140 €	33.978.440 €	30.436.688 €	12.893.485 €	37,9%
DESPESAS COM O PESSOAL	13.219.400 €	13.499.400 €	13.257.291 €	5.983.838 €	44,3%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERV.	13.623.190 €	19.436.090 €	16.512.408 €	6.573.613 €	33,8%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	80.300 €	80.300 €	28.528 €	11.130 €	13,9%
TRANSFERÊNCIAS CORR.	705.250 €	719.350 €	527.692 €	224.731 €	31,2%
SUBSÍDIOS	35.000 €	35.000 €	0 €	0 €	0,0%
OUTRAS DESPESAS CORR.	156.000 €	208.300 €	110.769 €	100.173 €	48,1%
DESPESAS DE CAPITAL	42.380.860 €	47.784.560 €	41.081.956 €	6.139.325 €	12,8%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAP.	39.525.850 €	43.847.050 €	38.266.900 €	4.309.638 €	9,8%
TRANSFERÊNCIAS DE CAP.	2.534.600 €	3.617.100 €	2.499.923 €	1.672.121 €	46,2%
ATIVOS FINANCEIROS	50 €	50 €	0 €	0 €	0,0%
PASSIVOS FINANCEIROS	320.360 €	320.360 €	315.133 €	157.566 €	49,2%
TOTAL DE DESPESAS	70.200.000 €	81.763.000 €	71.518.644 €	19.032.810 €	23,3%

Análise das principais rubricas:

Despesas com o pessoal - apresentam um valor de dotações corrigidas de 13.499.400€, o que representa 16,5% do valor das despesas totais do orçamento, peso inferior ao verificado no período homólogo do ano anterior, que foi de 23,9%.

O montante de 5.983.838€, pago no 1.º semestre, corresponde a uma execução de 44,3% e a 31,4% do total da despesa paga.

Aquisição de bens e serviços - com uma dotação corrigida de 19.436.090€, representa 23,8% do valor das despesas totais do orçamento corrigido. No ano anterior esta rubrica representava 34,0%.

O montante de 6.573.613€, pago no 1.º semestre, corresponde a uma execução de 33,8%, o que se traduz em 34,5% do total da despesa paga.

Aquisição de bens de capital - esta rubrica em termos de dotação tem um orçamento de 43.847.050€, o que representa 53,6% do valor das despesas totais do orçamento corrigido. No ano anterior esta rubrica representava um peso de 32,52%.

O montante de 4.309.638€, pago no 1.º semestre, corresponde a uma execução de 9,8% e traduz-se em 22,6% do total da despesa paga.

Em termos de execução global ao nível das despesas (Despesas Pagas/Dotações corrigidas) verifica-se que, no primeiro semestre de 2025 esta foi de 23,3%.

Em igual período do ano anterior o grau de execução da despesa foi de 35,1%, sendo a evolução detalhada no ponto seguinte.

1.4. Evolução da Despesa

	Despesa Paga				
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %	
Despesas Correntes	12.893.485 €	67,7%	12.395.094 €	4,0%	
DESPESAS COM O PESSOAL	5.983.838 €	31,4%	5.649.877 €	5,9%	(i)
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.573.613 €	34,5%	6.421.204 €	2,4%	(ii)
JUROS E OUTROS ENCARGOS	11.130 €	0,1%	57.296 €	-80,6%	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	224.731 €	1,2%	212.177 €	5,9%	(iii)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.173 €	0,5%	54.540 €	83,7%	
Despesas de Capital	6.139.325 €	32,3%	4.849.244 €	26,6%	
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.309.638 €	22,6%	2.999.028 €	43,7%	(iv)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.672.121 €	8,8%	1.692.650 €	-1,2%	(v)
PASSIVOS FINANCEIROS	157.566 €	0,8%	157.567 €	0,0%	
Total de Despesas	19.032.810 €	100,0%	17.244.338 €	10,4%	

Em termos de execução comparada de referir que o grau de execução da despesa é inferior em 2025 (23,3% no 1.º semestre de 2025 vs 35,1% no 1.º semestre de 2024) e que a despesa paga aumentou, em termos homólogos, 10,4%.

Pelo seu peso e contributo para a evolução, destacam-se as seguintes rubricas: (i) Despesas com Pessoal; (ii) Aquisição de bens e serviços; (iii) Transferências Correntes; (iv) Aquisições de Bens de Capital; e (v) Transferências de Capital.

(i) Despesas com Pessoal

	Despesa Paga			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
DESPESAS COM O PESSOAL	5.983.838 €	100,0%	5.649.877 €	5,9%
REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	4.891.600 €	81,7%	4.632.594 €	5,6%
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	85.184 €	1,4%	85.806 €	-0,7%
SEGURANÇA SOCIAL	1.007.053 €	16,8%	931.476 €	8,1%

Para a evolução das despesas pagas com pessoal, contribuiu:

- um aumento nas Remunerações Certas e Permanentes, em cerca de 259 mil de euros, influenciado pelo aumento do número de trabalhadores, aumento do salário mínimo, e revisão das tabelas remuneratórias;
- um aumento da despesa paga à Segurança Social, de cerca de 76 mil euros.

(ii) Aquisição de bens e serviços

	Despesa Paga			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.573.613 €	100,0%	6.421.204 €	2,4%
ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	603.222 €	9,2%	640.570 €	-5,8%
LIMPEZA E HIGIENE	196.407 €	3,0%	192.172 €	2,2%
TRANSPORTES	179.022 €	2,7%	125.234 €	43,0%
OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	4.089.760 €	62,2%	4.088.488 €	0,0%
ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	155.701 €	2,4%	159.333 €	-2,3%
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	129.832 €	2,0%	143.737 €	-9,7%
SEGUROS	103.441 €	1,6%	56.511 €	83,0%
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	98.686 €	1,5%	95.410 €	3,4%
CONSERVAÇÃO DE BENS	71.269 €	1,1%	69.210 €	3,0%
OUTROS	946.275 €	14,4%	850.541 €	11,3%

A despesa paga com aquisições de bens e serviços, apresenta um aumento de 2,4%, ou seja, mais cerca de 152 mil euros. No quadro acima encontram-se desagregadas as rubricas com variações mais significativas.

(iii) Transferências Correntes

	Despesa Paga			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	224.731 €	100,0%	212.177 €	5,9%
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	86.010 €	38,3%	109.983 €	-21,8%
FAMÍLIAS	97.465 €	43,4%	76.436 €	27,5%
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	36.571 €	16,3%	25.757 €	42,0%

As principais variações, em termos homólogos, verificaram-se nas transferências correntes para a Administração Local, menos cerca de 24 mil euros e para as Famílias, mais cerca de 21 mil euros.

(iv) Aquisição de Bens de Capital

	Despesa Paga			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.309.638 €	100,0%	2.999.028 €	43,7%
TERRENOS	97.054 €	2,3%	180.000 €	-46,1%
HABITAÇÕES	47.553 €	1,1%	178.548 €	-73,4%
EDIF. - INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	462.248 €	10,7%	13.595 €	3300,2%
EDIF. - INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E REC.	143.058 €	3,3%	0 €	S.S.
EDIF. - CRECHES	66.508 €	1,5%	0 €	S.S.
EDIF. - ESCOLAS	681.868 €	15,8%	81.088 €	740,9%
CONST. - VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS	331.617 €	7,7%	603.903 €	-45,1%
CONST. - SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS	1.312.177 €	30,4%	456.904 €	187,2%
CONST. - INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E REC.	339.565 €	7,9%	103.548 €	227,9%
MATERIAL DE TRANSPORTE	88.909 €	2,1%	53.911 €	64,9%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	70.901 €	1,6%	49.759 €	42,5%
EQUIPAMENTO BÁSICO	305.605 €	7,1%	617.571 €	-50,5%
BDP - TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	60.000 €	1,4%	56.312 €	6,5%
BDP - VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS	55.584 €	1,3%	264.722 €	-79,0%
PARQUES E JARDINS	92.412 €	2,1%	57.714 €	60,1%
OUTROS	154.578 €	3,6%	281.452 €	-45,1%

As despesas com Aquisição de bens de capital, apresentam um aumento, no montante de cerca de 1,3 milhões de euros, que se traduz num acréscimo de 43,7%. No quadro acima são destacadas as rubricas com maior variação, destacando-se:

- Aumento da despesa paga relativamente a edifícios, nomeadamente, instalações de serviços (mais 449 mil euros) e escolas (mais 601 mil euros);
- Diminuição da despesa paga relativa a construção de Viadutos, arruamentos e obras complementares (menos 272 mil euros) e aumento da despesa paga relativa a Construções de Sistemas de drenagem de águas residuais (mais 855 mil euros) e de Instalações desportivas (mais 236 mil euros);
- Diminuição homóloga da despesa paga relativamente a Equipamento Básico (menos 312 mil euros);
- Diminuição da despesa paga relativa a construção de bens de domínio público, nomeadamente a construção de Viadutos, arruamentos e obras complementares (menos 209 mil euros).

(v) Transferências de Capital

	Despesa Paga			
	jun/25	peso %	jun/24	Var. %
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.672.121 €	100,0%	1.692.650 €	-1,2%
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	334.790 €	20,0%	319.820 €	4,7%
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1.337.331 €	80,0%	1.372.830 €	-2,6%

Verificou-se, na despesa relacionada com transferências de capital, o decréscimo, em termos homólogos, de 1,2%, o que se traduz em menos 21 mil euros. As transferências para a administração local aumentaram em cerca de 15 mil euros e as transferências para instituições sem fins lucrativos diminuíram em cerca de 36 mil euros.

2. Análise situação patrimonial

Designação	30.06.2025		31.12.2024		Variação	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
ATIVO						
Ativo não corrente	187.699.010	87,8%	183.114.575	87,1%	4.584.435	2,5%
Ativos fixos tangíveis	182.714.963	85,4%	178.125.771	84,8%	4.589.192	2,6%
Ativos intangíveis	80.833	0,0%	72.465	0,0%	8.368	11,5%
Participações financeiras	3.250.277	1,5%	3.250.277	1,5%	0	0,0%
Outras contas a receber	1.652.938	0,8%	1.666.063	0,8%	-13.125	-0,8%
Ativo corrente	26.190.924	12,2%	27.006.900	12,9%	-815.975	-3,0%
Inventários	685.000	0,3%	613.807	0,3%	71.193	11,6%
Devedores por transferências e subs. não reemb.	0	0,0%	0	0,0%	0	S.S.
Cientes, contribuintes e utentes	426.959	0,2%	342.772	0,2%	84.187	24,6%
Estado e outros entes públicos	184.549	0,1%	127.641	0,1%	56.909	44,6%
Outras contas a receber	11.806.841	5,5%	12.880.937	6,1%	-1.074.096	-8,3%
Diferimentos	59.412	0,0%	59.412	0,0%	0	0,0%
Caixa e depósitos	13.028.163	6,1%	12.982.330	6,2%	45.833	0,4%
Total do Ativo	213.889.934	100,0%	210.121.475	100,0%	3.768.459	1,8%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património Líquido	194.151.216	100,0%	190.551.825	100,0%	3.599.391	1,9%
Património/Capital	85.583.693	44,1%	85.583.693	44,9%	0	0,0%
Reservas	9.091.817	4,7%	9.091.817	4,8%	0	0,0%
Resultados transitados	35.346.262	18,2%	35.559.862	18,7%	-213.600	-0,6%
Outras variações no património líquido	62.863.819	32,4%	60.530.054	31,8%	2.333.766	3,9%
Resultado líquido do período	1.265.625	0,7%	-213.600	-0,1%	1.479.225	-692,5%
Total do Património Líquido	194.151.216	100,0%	190.551.825	100,0%	3.599.391	1,9%
PASSIVO						
Passivo não corrente	14.769.020	74,8%	14.794.810	75,6%	-25.790	-0,2%
Provisões	1.884.528	9,5%	1.884.528	9,6%	0	0,0%
Financiamentos obtidos	236.350	1,2%	236.350	1,2%	0	0,0%
Diferimentos	12.141.760	61,5%	12.141.760	62,0%	0	0,0%
Outras contas a pagar	506.382	2,6%	532.172	2,7%	-25.790	-4,8%
Passivo corrente	4.969.698	25,2%	4.774.839	24,4%	194.859	4,1%
Fornecedores	440.366	2,2%	837.012	4,3%	-396.646	-47,4%
Estado e outros entes públicos	333.751	1,7%	126.461	0,6%	207.289	163,9%
Financiamentos obtidos	157.566	0,8%	315.133	1,6%	-157.566	-50,0%
Fornecedores de investimentos	535.223	2,7%	152.396	0,8%	382.827	251,2%
Outras contas a pagar	3.494.447	17,7%	3.335.491	17,0%	158.956	4,8%
Diferimentos	8.346	0,0%	8.346	0,0%	0	0,0%
Total Passivo	19.738.718	100,0%	19.569.650	100,0%	169.069	0,9%
Total Património Líquido e Passivo	213.889.934	100,0%	210.121.475	100,0%	3.768.459	1,8%

A informação patrimonial acima apresentada, não deve ser entendida como um balanço semestral auditado, mas sim como os registos contabilísticos das contas do balanço acumulados a junho de 2025.

As contas do ativo tiveram um incremento no 1.º semestre de 2025, na ordem dos 3,77 milhões de euros. Destacam-se:

- o aumento dos Ativos Fixos Tangíveis em cerca de 4,59 milhões de euros (de referir que não foram registadas as amortizações por duodécimos);
- o aumento dos Inventários, na ordem dos 71 mil euros;
- o aumento do ativo relacionado com Clientes, contribuintes e utentes, em 84 mil euros;
- a diminuição do ativo relacionado com Outras contas a receber, em 1,07 milhões de euros;
- o aumento do ativo relacionado com o Estado e outros entes públicos, na ordem dos 57 mil euros;
- o aumento das Disponibilidades, no montante aproximado de 46 mil euros.

Relativamente às contas do passivo verifica-se um aumento no 1º semestre de 2025 de cerca de 169 mil euros, essencialmente em resultado do seguinte:

- diminuição do passivo relacionado com os Fornecedores, de aproximadamente 397 mil euros;
- aumento da dívida ao Estado e Outros Entes Públicos, em cerca de 207 mil euros;
- diminuição da dívida relacionada com Financiamentos Obtidos, de aproximadamente 158 mil de euros;
- aumento das dívidas a Fornecedores de Imobilizado em cerca de 383 mil euros;
- aumento do passivo relacionado com Outras contas a pagar, corrente e não corrente, no montante de 133 mil euros.

3. Análise de desempenho económico

Designação	30.06.2025		30.06.2024		Variação	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
Impostos, contribuições e taxas	6.651.311	525,5%	6.852.387	475,6%	-201.075	-2,9%
Vendas	31.127	2,5%	20.370	1,4%	10.757	52,8%
Prestações de serviços e concessões	1.887.455	149,1%	1.848.854	128,3%	38.601	2,1%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6.102.026	482,1%	5.822.585	404,1%	279.441	4,8%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0,0%	0	0,0%	0	S.S.
Fornecimentos e serviços externos	-6.136.942	-484,9%	-6.156.354	-427,2%	19.412	-0,3%
Gastos com pessoal	-6.094.919	-481,6%	-5.656.658	-392,6%	-438.261	7,7%
Transferências e subsídios concedidos	-1.827.698	-144,4%	-1.873.031	-130,0%	45.334	-2,4%
Prestações sociais	-63.251	-5,0%	-55.778	-3,9%	-7.473	13,4%
Outros rendimentos	588.769	46,5%	633.263	43,9%	-44.494	-7,0%
Outros gastos	-66.045	-5,2%	-50.587	-3,5%	-15.458	30,6%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1.071.832	84,7%	1.385.049	96,1%	-313.217	-22,6%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	0	0,0%	0	0,0%	0	S.S.
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	1.071.832	84,7%	1.385.049	96,1%	-313.217	-22,6%
Juros e rendimentos similares obtidos	209.358	16,5%	131.784	9,1%	77.574	58,9%
Juros e gastos similares suportados	-15.565	-1,2%	-75.907	-5,3%	60.342	-79,5%
Resultado antes de impostos	1.265.625	100,0%	1.440.926	100,0%	-175.301	-12,2%
Resultado líquido do período	1.265.625	100,0%	1.440.926	100,0%	-175.301	-12,2%

A informação de resultados acima apresentada, não deve ser entendida como uma demonstração de resultados semestral auditada, mas sim como os registos contabilísticos das contas de resultados acumulados a junho de 2025 e junho de 2024.

Em termos homólogos, verificamos que os resultados operacionais diminuíram em cerca de 313 mil euros e o resultado líquido do período em cerca de 175 mil euros, verificando-se as principais variações nas rubricas de:

- Impostos, contribuições e taxas, diminuição de cerca de 201 mil euros;
- Transferências e subsídios correntes obtidos, aumento de cerca de 279 mil euros;
- Gastos com pessoal, aumento de cerca de 438 mil euros;
- Transferências e subsídios concedidos, diminuição de cerca de 45 mil euros;
- Outros rendimentos, diminuição de cerca de 44 mil euros;
- Juros e rendimentos similares obtidos, aumento de cerca de 78 mil euros;
- Juros e gastos similares suportados, diminuição de cerca de 60 mil euros.

De referir que o Município não procede à especialização mensal dos principais custos e proveitos, com destaque para o caso das amortizações, dos subsídios ao investimento, do IMI e da Derrama.

4. Análise Financeira

Para complemento da análise financeira, apresentamos um conjunto de rácios¹:

Rácio	Fórmula de cálculo	30.06.2025	31.12.2024
		(%)	(%)
Liquidez geral	Ativo corrente/Passivo corrente	527%	566%
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - Inventários)/ Passivo corrente	513%	553%
Liquidez imediata	Disponibilidades/ Passivo corrente	262%	272%
Endividamento	Passivo/ Ativo	9%	9%
Estrutura endividamento	Passivo corrente/ Passivo	25%	24%
Autonomia financeira	Património líquido/ Ativo	91%	91%
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	68,9	3,2
Cobertura de imobilizado pelos capitais permanente	(Património líquido + passivo não corrente)/ Ativos fixos tangíveis	1,1	1,2

Em termos de rácios de liquidez (geral, reduzida e imediata) verifica-se, em todos eles valores muito acima dos 100%, tanto em 2025 como em 2024.

Quanto ao rácio de endividamento, a sua leitura diz-nos que o total do ativo é financiado em apenas 9% por capitais alheios quer no 1º semestre de 2025, quer no final do ano de 2024.

No que diz respeito à estrutura de endividamento verifica-se que, no 1º semestre de 2025, apenas 25% do passivo é de curto prazo, sendo que no final de 2024 era de 24%.

O grau da autonomia manteve-se, sendo a 30 de junho de 2025 de 91%, representando a capacidade do Município em financiar o seu ativo através de fundos próprios.

Grau de cobertura dos gastos financeiros, evidencia que os resultados operacionais são 68,9 vezes superiores aos gastos financeiros, 3,2 no final do ano de 2024. Este rácio reflete os efeitos da diminuição das taxas de juro nos gastos financeiros.

¹ Rácios incluídos no “Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas” publicado pela Unidade de Implementação Lei de Enquadramento Orçamental (UniLeo).



O rácio de cobertura de imobilizado pelos capitais permanentes que apresenta um valor superior a um, tanto em 2025 como em 2024, evidenciando que os capitais permanentes serão suficientes para financiar o ativo fixo tangível.

Porto, 17 de setembro de 2025

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, LDA
Representada por

Cecília da Conceição e Silva Linhares - ROC n.º 1371

